

Exmo. Senhor Presidente

da Comissão Parlamentar de Saúde

Deputado José Matos Rosa

S. Bento, 26 de junho de 2017

**Assunto:** Audição de várias entidades sobre política de Redução de Riscos e Minimização de Danos em Portugal

Assinala-se hoje, dia 26 de junho, o dia de ação global ‘*Apoie. Não puna*’, dia em que várias organizações da sociedade civil, movimentos e cidadãos se juntam em inúmeras iniciativas para reivindicar uma melhor abordagem para a política de drogas. Isto é, uma abordagem que abandone de uma vez por todas a perseguição e a punição dos consumidores e se centre em políticas de redução de riscos e de minimização de danos (RRMD).

A política proibicionista, da chamada ‘guerra às drogas’, exortada por Nixon e replicada um pouco por todo o mundo, falhou redondamente. Temos que dizer isso de forma muito frontal para que não se continue a insistir num erro que apenas beneficia as redes de tráfico e que prejudica em muito a sociedade em geral e os consumidores de drogas em particular.

A solução repressiva não só não levou à redução do consumo das substâncias ilegalizadas como se traduziu em inúmeras consequências nefastas para a sociedade: criação de um mercado negro muito lucrativo que é explorado pelo crime organizado; manipulação da qualidade das drogas, o que coloca em risco a saúde dos consumidores; promoção de consumo desinformado de várias substâncias e aumento de doenças junto dos consumidores, são apenas alguns dos exemplos.

A política proibicionista não pode ser considerada uma solução para o problema. Na verdade, ela é parte integrante do problema e potencia o seu agravamento, protegendo a clandestinidade do tráfico e colocando em causa a saúde pública.

Jorge Sampaio, ex-Presidente da República, escreveu em 2014 um artigo em conjunto com a ex-Presidente da Suíça, Ruth Dreifuss, onde dizia que o fardo das políticas repressivas “cai essencialmente sobre as populações mais pobres e mais frágeis”. Denunciava ainda os “efeitos negativos das políticas punitivas”: a criação de um mercado negro avaliado em 300 mil milhões de dólares anuais, um crescimento da violência e da corrupção e “um aumento da estigmatização dos utilizadores de drogas - aqueles em nome de quem todo o sistema internacional de controlo terá sido concebido”.

Também Kofi Annan, na carta que divulgou no primeiro dia da Sessão Especial da Assembleia Geral da ONU sobre drogas, volta a muitos destes argumentos para concluir que é necessário deixar de tratar os consumidores como criminosos, que é necessário apostar em estratégias de redução de riscos, que os países devem apostar na regulação e na educação e que, por último, é necessário reconhecer que “as drogas precisam de ser reguladas precisamente porque oferecem riscos”.

Por tudo isto é preciso incentivar, investir e apostar de forma decidida numa política de redução de riscos e minimização de danos. Mas não podemos esquecer que existem inúmeras barreiras ao desenvolvimento desta abordagem, entre elas a falta de financiamento e as políticas de austeridade seguidas nos últimos anos.

Este ano, durante a 25<sup>a</sup> Conferência Internacional de Redução de Riscos foi divulgado o relatório *Harm reduction investment in European Union – current spending, challenges and successes* onde se salienta que vários países estão a desinvestir nas políticas de redução de riscos, cortando, por exemplo, nas verbas para os programas de troca de seringas. Perante esta situação, o alerta é claro: a seguir este caminho será inevitável o ressurgimento de infeções pelo VIH e hepatite C entre pessoas que usam drogas.

É verdade que Portugal deu um passo importante no início do milénio quando avançou para a descriminalização, mas não é menos verdade que ainda há muito por fazer e que subsistem inúmeras dificuldades no terreno, principalmente para quem pretende executar programas de redução de riscos e minimização de danos.

Do que ainda está por fazer podemos apontar, sem sermos exaustivos, a implementação das salas de consumo assistido, os serviços de *drugchecking*, a implementação de políticas

de redução de riscos nas prisões, o maior envolvimento das organizações da sociedade civil e de consumidores na definição de políticas e programas, entre outras.

Das dificuldades para a concretização no terreno de políticas efetivas de redução de riscos e minimização de danos, é incontornável falar da necessidade de maior financiamento e da garantia de estabilidade dos programas que mostram bons resultados.

Um estudo realizado em 2015 pela APDES alertava para a estagnação do modelo de políticas de drogas português e para o perigo de retrocesso na implementação dos serviços prestados. Segundo esse estudo, as políticas de austeridade levaram a um desinvestimento nas políticas de RRMD e de tratamento, causaram uma maior carência de profissionais e de recursos humanos e diminuíram muitos dos apoios sociais.

Para além disso, os projetos de RRMD são financiados apenas a 80% e as fontes de financiamento disponíveis são muito provisórias (duração de um ou dois anos), continuando a ser encarados como projetos piloto e não como programas e serviços que devem ser necessariamente estáveis e prolongados no tempo. Tudo isto faz com que as respostas se tornem precárias, faz com que muitos projetos nunca se tornem em verdadeiros programas e faz com que muitas organizações da sociedade civil estejam hoje em modo de sobrevivência, não conseguindo dar as respostas robustas que poderiam e deveriam estar a dar.

A política de redução de riscos e minimização de danos é um eixo fundamental para uma abordagem eficaz da questão das drogas. É um pilar para o sucesso da abordagem da descriminalização, a par de outros como o tratamento e a dissuasão. No entanto, e apesar do grande contributo no acesso à saúde por parte das populações mais vulneráveis, não tem sido tratada de forma igual, principalmente no que toca ao financiamento de programas.

Porque esta é a abordagem que promove a saúde pública e a segurança dos consumidores e das comunidades; porque com a aposta nesta política se reduz o consumo, as doenças e outras problemáticas associadas e porque subsistem inúmeras dificuldades para colocar no terreno uma resposta robusta no que toca a redução de riscos, o Bloco de Esquerda pretende que sejam ouvidas várias entidades com trabalho reconhecido nesta matéria.

As audições que aqui se propõem contribuirão para conhecer melhor a situação das políticas de redução de riscos e minimização de danos, para identificar os problemas

existentes e apontar soluções para resolver esses problemas, porque é possível fazer muito mais. Diríamos, aliás, que é do interesse do país e da sociedade, fazer muito mais.

*Assim, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda requer a audição da APDES – Agência Piaget para o Desenvolvimento, da R3 – Rede Riscos Reduzidos, do In-Mouraria/GAT, do IN-RUAS e do SICAD.*

O Deputado do Bloco de Esquerda,

Moisés Ferreira